

Possibilidades de acesso às tecnologias assistivas por uma pesquisadora com deficiência¹

Priscilla Isabel Menezes Dantas²

Resumo: Com as políticas afirmativas nas universidades públicas, muitos grupos subalternizados, dentre eles o das pessoas com deficiência, têm reivindicado possibilidades de realizarem pesquisas que envolvam suas reais aspirações e necessidades. Historicamente, tratados como objeto de pesquisa, hoje, sujeitos produzindo conhecimentos sobre suas realidades. Aliado a reserva de cotas destinadas às pessoas com deficiência, temos a conquista dos recursos de acessibilidade, tanto no quesito dos recursos humanos propiciado pelas políticas públicas, quanto no avanço das tecnologias assistivas que ajudam pessoas com deficiência a se manterem nos cursos de graduação e pós-graduação, pois estes funcionam como extensores de seus corpos. Este artigo tem como objetivo descrever algumas questões relacionadas a forma de interação que tenho com o leitor de telas, que hora acelera, ora retarda a produção acadêmica, tendo em vista que eu, enquanto mulher cega com mobilidade reduzida, incluindo a funcionalidade prejudicada das mãos, dependo desses recursos para realizar minha pesquisa, assim como para explorar diversos espaços. Esse trabalho nasce na minha pesquisa no mestrado, onde, a partir da autoetnografia busquei refletir sobre a autonomia de mulheres com deficiência e dependência complexa. Nesse ínterim, observei o quanto é urgente expor sobre a importância da autonomia relacional e da relação entre a pessoa que dá o comando e a tecnologia assistiva, que o recebe, para que o terceiro elemento na relação, a pessoa leitora, receba as informações o mais próximo possível do que a pessoa autora desejou transmitir. Concluímos que apesar das ações afirmativas, a estrutura acadêmica ainda funciona numa lógica capacitista, na medida em que resiste em aceitar ou, por vezes, simplesmente rejeita produções acadêmicas que contêm especificidades de pessoas pesquisadoras com deficiência, afinal são corpos diferentes, com funcionalidades diversas que enfrentam barreiras físicas e de acesso, demandando diferentes estratégias. Assim sendo, é urgente que a academia se envolva

¹(Início da nota de rodapé) Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2024. (Fim da nota de rodapé).

²(Início da nota de rodapé) Graduada em Serviço Social/ UFBA; Mestranda no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismos - NEIM/UFBA. (Fim da nota de rodapé).

com a justiça deficiente, pois, apesar das limitações, temos grandes possibilidades para desenvolver nosso potencial.

Palavras-chave: Discurso autobiográfico; Acessibilidade; Acesso.

Sou uma mulher cisgênera branca, que adquiriu as deficiências por conta de duas doenças raras, e, em decorrência disso, me denomino enquanto tendo dependência complexa, pois me enquadrado na perspectiva político-feminista de Gesser, Zirbel e Luiz (2022), que entendem por dependência complexa a situação das pessoas que, por terem um alto grau de impedimentos, necessitam de apoio e/ou suporte para a maior parte das atividades das quais precisam ou desejam participar.

Esse trabalho nasce da minha pesquisa no mestrado, onde, a partir da autoetnografia, busquei refletir sobre a autonomia de mulheres com deficiência e dependência complexa. A intenção de fazer a dissertação que originou o presente artigo foi a de possibilitar o acesso a um outro olhar a respeito das mulheres com deficiência e que tem dependência complexa, visibilizando estratégias que utilizamos para o nosso desenvolvimento, buscando assim amenizar a carga capacitista que se impõe sobre nós, e estimular a eliminação de estigmas e preconceitos.

Nesse processo, entendi a urgência de expor sobre a importância da autonomia relacional e da relação entre a pessoa que dá o comando e a tecnologia assistiva, que o recebe, para que o terceiro elemento na relação, a pessoa leitora, receba as informações o mais próximo possível do que a pessoa autora desejou transmitir. Para isso, foi feito uso do método autoetnográfico, que tem sido utilizado por diversos grupos em várias disciplinas, das mais variadas formas, com o objetivo de "descrever e analisar a experiência pessoal a fim de compreender a experiência cultural" (Magalhães, 2018).

É importante destacar que esse movimento autobiográfico e contra hegemônico teve uma grande contribuição das mulheres negras, que questionaram sobre a posição de subalternidade que elas se encontravam, então buscaram a academia como forma de posicionamento e disputa política. No livro intelectuais negras, bell hooks (2015) se dedica às peculiaridades e as barreiras que a mulher negra tem no desenvolvimento de sua intelectualidade. Ela afirma ter encontrado na vida intelectual um refúgio onde pôde experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas e com isso construir sua subjetividade.

Durante minha pesquisa de mestrado, ao analisar alguns textos do feminismo negro, sem deixar de lado que o racismo mata, comecei a observar que em certa medida

as opressões que as mulheres com deficiência vivenciam se assemelha com as opressões que as mulheres negras vivem. Enquanto o racismo é a hierarquia entre as raças, o capacitismo é a hierarquia entre os corpos. Assim sendo, as mulheres negras, as com deficiência ou as que são atravessadas por essas e outras categorias, sentem a necessidade de combater os fenômenos opressivos que incidem sobre si.

Enquanto mulheres com deficiência, somos desumanizadas, vistas como objeto, ausente de subjetividades. É nesse sentido que nossas vidas têm sido delimitadas pelo poder do homem universal, que exclui a manifestação dos corpos que estejam fora do padrão de corpo, raça, gênero e sexualidade.

Não posso deixar de citar a *escrevivência*, enquanto método autobiográfico originalmente brasileiro, que foi elaborado pela escritora Conceição Evaristo (2009; 2018; 2019). Essa forma de pesquisar nasceu do cotidiano das mulheres negras, de suas lembranças e experiências de vida. Dessa forma, pode se concluir que o trabalho acadêmico cuja pesquisadora se reconhece enquanto produtora do conhecimento científico, imprimindo suas vivências como método de análise é bastante rico, tendo em vista que a partir da reflexão autobiográfica, podemos produzir fissuras nas teorias já existentes.

Dito isso, retorno para a minha entrada no mundo acadêmico e considero importante destacar que isso não fazia parte de meus sonhos. Em algumas medidas, foram as circunstâncias e muito incentivo de pessoas próximas, que me levaram até ele. Minha primeira tentativa de ingresso no mestrado foi para discutir de forma impessoal sobre um problema que estava passando. Não fui aprovada, mas continuei no programa enquanto aluna especial. Alguns anos depois, por meio da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, surgiu a oportunidade de publicar meu primeiro artigo acadêmico. Me senti desafiada a escrever esse primeiro artigo, quando, durante o período pandêmico, a reunião ocorreu de forma online, possibilitando que eu e muitas pessoas com ou sem deficiência participassem.

Diante de tantas demandas de opressão, não sabia o que escrever, sabia apenas que teria que aproveitar essa oportunidade. Sugeriram que eu fizesse uma autobiografia, mas inicialmente tive muita resistência, pois acredito que a maioria das pessoas corponormativas esperam de quem tem algum tipo de deficiência uma história de superação. Mas, por outro lado, pensei que meus relatos poderiam ser representativos de uma minoria de mulheres dentro da população das pessoas com deficiência. Logo, não

poderia deixar passar essa oportunidade e assim expor para a sociedade que mulheres com uma dependência complexa podem se desenvolver.

Sem saber o que me esperava lá na frente, admiti ser uma boa ideia fazer a autobiografia, articulando minhas experiências com teorias acadêmicas correlatas. Como inspira Versiani (2005), a busca por estratégias alternativas de leitura de textos para discursos de construção de selves se torna mais urgente na medida em que se amplia o interesse teórico/crítico em atribuir ao discurso autobiográfico um valor político na visibilidade de subjetividades de alguma forma associadas a grupos minoritários.

Pouco tempo depois, foi lançado o edital de ingresso para entrar no PPGNEIM para a turma de 2021. Uma amiga antropóloga sugeriu que eu aproveitasse minha autobiografia para aprofundar a discussão através da metodologia de autoetnografia no mestrado. Até então não fazia ideia dos princípios dessa metodologia, mas resolvi embarcar nessa viagem. À medida que estudava sobre a técnica fui percebendo o quanto essa ferramenta é potente para combater estigmas, preconceitos e o próprio capacitismo.

Considerarei válido resgatar esse relato para destacar alguns caminhos e estratégias que os grupos subalternizados tem utilizado para adentrar o meio acadêmico. Os corpos dissidentes, cada vez mais, estão reivindicando seu espaço, e assim tem acontecido também com as pessoas com deficiência, que buscam "criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades de pesquisa" (hooks, 2015).

Na mesma perspectiva de Guedes de Melo (2018), desejo "aleijar as práticas etnográficas", bem como mexer com as estruturas do cotidiano, realizando a autoetnografia. Segundo Robert McRuer (2006) apud Mello, Aydos e Schuch (2022), a teoria aleijada oferece um "modelo cultural" da deficiência, rejeitando a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado "natural" de todo ser humano".

Ciente de que não poderei ver determinadas situações, no sentido de olhar com os olhos, mas sei que posso lançar mão de outros recursos sensoriais para atingir o objetivo, como ouvir, tocar, sentir a temperatura, cheirar, bem como solicitar um áudio descritor para descrever o que meus olhos não conseguem ver. Dessa forma, se as imagens podem ser traduzidas por palavras, ambas, imagens e palavras "têm uma parte imagética, seja no signo em si, seja na imagem, no plano das ideias" (Kohler e Foerste, 2014).

Nós mulheres com deficiência, sobretudo aquelas que são negras e vulneráveis economicamente, também lutamos contra a intelectualidade engessada que que direta ou

indiretamente questiona nossos saberes, pois o capacitismo incide sobre nós e para algumas mulheres com deficiência, a escrita num estilo tradicional acadêmico nos é cara, tendo em vista que o capacitismo incide de maneira diversa diariamente sobre nós. Ainda são muitos os dificultadores de nossos acessos e permanência na universidade, visto que a falta de acessibilidade para aquelas que têm deficiência sensorial pode comprometer a segurança de que estamos realizando um bom trabalho.

O leitor de telas tem sido uma importante tecnologia assistiva para as mulheres com deficiência visual, pois através dele, acessamos diversos espaços virtuais, pois a partir da conversão de texto para áudio feito pelo software, nós podemos ter acesso ao conteúdo através do ouvir em substituição ao olhar. Trocando em miúdos, para quem é condicionado na perspectiva visiocêntrica, quando digo que li um livro, na verdade eu o ouvi.

Nesse sentido, nós estudantes com deficiência temos a possibilidade de fazer pesquisas com autonomia, principalmente quando temos acesso à internet, o que amplia as possibilidades de buscar diversos conteúdos. Mas, apesar de ter certa autonomia na busca dos materiais de leitura para subsidiar minha pesquisa, alguns materiais não consigo ter acesso, seja por estarem em PDF de imagem, livros físicos ou outro motivo.

Por isso, destaco a importância da interdependência também na produção acadêmica, citando como exemplo o Núcleo de Apoio Pedagógico - NAPE, que foi implementado nas Instituições Federais de Educação Superior - IFES, através do programa Incluir, no ano de 2005. Em se tratando da Universidade Federal da Bahia, as atribuições do NAPE constam no Regimento Interno da Universidade, especificamente no Art. 22. Vale ressaltar que esse órgão funciona por meio do controle social, isto é, nós, enquanto estudantes devemos estar atentos à qualidade dos serviços, bem como às condições de trabalho que as pessoas profissionais deste núcleo são submetidas.

A Interdependência está contida em um dos 10 princípios dos Disability Justice, que Mello e Fietz (MELLO et al., 2021), nomearam como Justiça Defeça, cujo conceito centra-se na interseccionalidade e nas formas como diversos sistemas de opressão amplificam e reforçam uns aos outros.

Ainda no que diz respeito as tecnologias assistivas, destaco outros dificultadores que tenho tentado me relacionar nos sistemas da produção de pesquisas acadêmicas. Um deles, envolve as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que concerne localização das páginas das citações que escolho para dialogar/inserir em meu texto acadêmico. Na maioria dos livros, o leitor de telas não capta a numeração das

páginas, impedindo que eu acesse essa informação, o que acaba produzindo a necessidade de pedir que alguma pessoa vidente disponível faça essa revisão. No meu caso, na maioria das vezes, recorro ao meu sobrinho. Copio o trecho da citação e envio junto com o livro para ele, afim de que o mesmo encontre através da ferramenta de busca e me passe a localização, para que eu ajuste meu trabalho acadêmico a ABNT. Já nas revistas on-line, nos periódicos ou nos textos adaptados para a pessoa com deficiência visual, tenho autonomia para colher a citação, pois tenho acesso a numeração das páginas.

Considerando que muitas pessoas não tem alguém disponível a quem possa recorrer e que a maioria dos livros são digitais, me pergunto se não seria mais fácil que o leitor vidente que se interessar por determinada citação faça esse trabalho de busca. Nesse sentido, esse texto, conforme vocês devem ter notado, não traz a paginação das citações que foram retiradas de livros virtuais. Reconheço o valor que a ABNT tem para manter o padrão de trabalhos acadêmicos, a fim de facilitar a vida de quem esteja fazendo a leitura, mas o presente trabalho parte de uma perspectiva inclusiva, não capacitista, e, considerando as desigualdades das vulnerabilidades, fiz essa escolha política, a fim de tensionar a naturalização de regras pautadas em uma perspectiva normativa que exclui muitas existências.

Outra questão dificultadora se refere às notas de rodapé, tanto no que diz respeito a sua inserção, quanto a sua leitura, visto que na maioria das publicações não existe nenhum destaque a respeito de seu início e fim. Dessa forma, o leitor de telas lê como se fizesse parte do texto, confundindo a pessoa leitora cega. Já existem publicações com a perspectiva inclusiva em que o início e o fim das notas de rodapé vem indicado textualmente: início de rodapé e fim da nota de rodapé para situar a pessoa que seja cega, mas ainda parece distante de se tornar um comum, visto que não existem normativas para indicar. Que o editor faça uso dessa perspectiva inclusiva, tornando essa prática facultativa.

Outra questão, é que por motivos óbvios, de imediato não observo o tamanho da fonte, o que sem uma revisão, pode acabar causando alguns estranhamentos entre o leitor vidente e eu. Já aconteceu, por exemplo, em um dos meus primeiros trabalhos acadêmicos, de escrever o texto com a fonte no tamanho 17. E também já aconteceu o contrário, enviando a fonte no tamanho 1, quando, eu escrevi um cordel, no qual a medida que ele crescia, eu diminuía a fonte para que fosse possível ler ele direto, sem a quebra do clima de virar a página. Já quem tem baixa visão e não é dependente do leitor

de telas, por motivos óbvios, precisa aumentar o tamanho da fonte para ler as informações com tranquilidade, geralmente é a partir da fonte no tamanho 22. Notem que dentro do universo das pessoas com deficiência, existe uma multiplicidade de especificidades, que, sobreminha análise, justifica a necessidade da ABNT. Então, nós, que temos deficiência visual, precisamos ir na formatação para fazer os ajustes possíveis a fim de corresponder as normas.

Outro aspecto que considero importante destacar, é que além da cegueira, não tenho tanta mobilidade nas mãos, sendo que a direita tem pouca funcionalidade. Por isso, atualmente, para mim é mais fácil utilizar o recurso do ditado, que existe no editor de texto do software, o qual transforma a fala em texto escrito. Inclusive, é no celular que faço os trabalhos acadêmicos. Contudo, por melhor que seja a tecnologia, existem alguns ruídos que podem acontecer em nossa relação, pois, ora o problema está no momento que eu forneço os comandos, hora é uma falha no processamento do próprio aplicativo. O fato é que, quando isso acontece, nós, que dependemos da tecnologia, ficamos de mãos atadas, pois não temos outro meio de desenvolver a produção acadêmica com autonomia. De formas intuitivas, ou chamando um "olho amigo", seguimos tentando aprender a lidar com cada situação para tentarmos contornar o problema.

Se eu, que tenho deficiência não congênita, não naturalizo o fato do mundo ainda não está pronto para nosso segmento, quicá aqueles que são nascidos com a deficiência. Como as pessoas conseguem não imaginar que alguém pode não enxergar uma foto ou um slide?

Aqui, me reporto a Glória Anzaldúa (2000), quando escreveu o texto "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo". Por conta de ser mulher, negra e lésbica, ela se considera estrangeira, invisível e incompreendida pelos brancos. Da mesma forma, tenho a impressão que a maioria das pessoas que enxergam não tem empatia com nossa condição de cegueira, elas não se preocupam em "aprender nossa língua, a língua que nos reflete", que reflete "a nossa cultura, o nosso espírito" (Anzaldúa, 2000).

Implicadas nessa luta, no ano de 2022, algumas amigas e eu, todas participantes do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão - MBMC, começamos a construir algumas estratégias pedagógicas implicadas em desafiar a sociedade enxergante. Nós estávamos participando da oficina Poéticas da Cegueira, no âmbito do Projeto de Pesquisa engajada "À flor da pele: poéticas e políticas da cegueira no Brasil",

uma parceria com o LAB CONATUS - Laboratório de pesquisas sobre corpos, naturezas e sentidos, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse ano (2024), colocamos no ar, através das redes sociais e Youtube, o podcast "A selfie sonora". Esse trabalho consiste em oferecer outra forma de observar as paisagens através do sentido da audição, invertendo a posição hegemônica do emissor enxergante, transmitindo a mensagem ao nosso modo: apenas falando e descrevendo as imagens, para que quem esteja do outro lado, sendo uma pessoa cega ou não, possa formar a composição do ambiente, idealizando de que forma estamos.

Por mais esforço que eu tenha feito para imprimir na tela o que se passa, minhas palavras serão lidas e interpretadas de acordo com a subjetividade de quem vai ler, pois, a partir do momento que escrevo e disponho para que outras pessoas leiam, cada sentença toma vida própria, saindo do controle desta autora que vos escreve.

Sei que minha presença é pedagógica, pois, enquanto um corpo divergente tenciono o fazer normativo de docentes e discentes da academia, que precisam se inclinar para pensar em outros modos de relacionalidade. Descrever as imagens, os slides, se adaptar as nossas tecnologias, suavizar a temporalidade exigida pela academia, acolher outras formas de pesquisa, leitura e escritos dos corpos dissidentes. São algumas das formas que provocam fissuras nas formas de produção de conhecimentos. Sendo assim, enquanto a presença da pessoa com deficiência não se tornar um ato corriqueiro, esse estranhamento é benéfico e necessário.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Estudos feministas, Florianópolis. v. 08, n. 01, p. 229-236. 2000.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, Belo Horizonte, n. 25, v. 13, p. 17-31, 2. sem. 2009.

EVARISTO, Conceição. Entrevista à jornalista Ivana Dorali, para o Instituto Maria e João Aleixo – IMJA, em 16 julho de 2018. Disponível em:
<<https://pt-br.facebook.com/InstitutoMariaeJoaoAleixo/videos/nesta-segunda-feira-dia-16-a-jornalista-do-instituto-maria-e-jo%C3%A3o-aleixo-e-edito/2110402662562349/>>

EVARISTO, Conceição. Entrevista à jornalista Juliana Domingos de Lima, para o Nexo Jornal, em 26 de maio de 2017. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>

GESSER, Marivete; ZIRBEL, Ilze; LUIZ, Karla Garcia. Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça social. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 30(2), e86995, 2022.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.16, p.193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso.

KOHLER, Andressa Dias; FOERSTE, Gerda Margit Schutz. As imagens na visão do cego: experiências de quem vê com o corpo. Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória, ES, v. 20, n. 2, jul./dez. 2014.

MAGALHÃES, Célia Elisa Alves de. Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como lócus de investigação. Veredas Temática: Autoetnografia em Estudos da Linguagem e áreas interdisciplinares, Volume 22, nº 1, – PPG LINGUÍSTICA/UFJF – JUIZ DE FORA, 2018.

McRUER, R. Crip theory: cultural signs of queerness and disability. New York: New York University Press, 2006.

MELLO, Anahi Guedes de. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. 2019. 184 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da defciência. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022.

Podcast Poéticas da Cegueira, série Selfies Sonoras, episódio #6 - As faces da Deusa

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografias. Conceitos alternativos em construção.
Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.